



## ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

--- Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezoito no Auditório da Fundação Bial de Vila Nova de Cerveira, em Vila Nova de Cerveira, pelas dezassete horas e cinquenta e cinco minutos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, adiante designada por CIM do Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respetiva Convocatória. -----

--- Presidiu a reunião Eduardo Jorge do Paço Viana, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal.-----

--- O Senhor Presidente iniciou a sessão com a apresentação de cumprimentos, ao Senhor Presidente da CIM do Alto Minho, também Presidente da Câmara de Viana do Castelo, Eng<sup>o</sup>. José Maria Costa, aos Senhores Presidentes de Câmara presentes: Vila Nova de Cerveira, Valença, Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, ou seus representantes: Vice-Presidente de Monção e Vice-Presidente de Caminha; companheiros da Mesa e todos os membros presentes. Não estavam presentes o Senhores Presidentes de Câmara de Paredes de Coura e de Ponte de Lima. Agradecendo o acolhimento em Vila Nova de Cerveira, nas magníficas instalações da Bial ícone da cultura do Alto Minho. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa verificou as seguintes substituições: a membro Cristina Sofia Martins (Movimento Independente "Pensar Cerveira"-PenCE) justificou a sua falta e foi substituída por Mário Luís Fernandes Afonso; o membro João Evangelista da Rocha Brito Mimoso de Moraes (CDS-PP Ponte de Lima) justificou a sua falta e foi substituído por Manuel Matos Lima. -----

Não estiveram presentes os membros: Alberto Luís de Oliveira Vilas (PSD Valença); João Pedro Cunha da Cruz (PSD Viana do Castelo) e Maria Augusta Gabriel dos Reis Lima Fernandes (PSD Ponte da Barca). Os membros José Augusto de Brito Pacheco (PS Paredes de Coura) e Sérgio Paulo de Brito Oliveira (PS Ponte da Barca) comunicaram a impossibilidade em estarem presentes. Relativamente a Sandra da Silva Neiva (PSD de Ponte da Barca), houve informação oral, na própria reunião, que terá renunciado, situação que o Sr. Presidente da Mesa referiu que tem que ser regularizada. -----

O Senhor Presidente da Mesa informou, ainda não ter a CIM do Alto Minho, rececionado a indicação dos membros eleitos, como suplentes, por parte do Município de Ponte da Barca.-----



--- Estiveram presentes os restantes membros conforme “Folha de Presenças” anexa à presente ata. (Doc. 1/2018)-----

Mais informou o Senhor Presidente da Mesa, os membros que até esta data ainda não foram investidos neste órgão: José Carlos Coelho Resende da Silva (PS Viana do Castelo); Sandra da Silva Neiva (PSD Ponte da Barca) e José Augusto de Brito Pacheco (PS de Paredes de Coura).-

---É chamado o membro José Carlos Coelho Resende da Silva, para assinatura do ato de investidura neste órgão da CIM do Alto Minho, passando o Senhor Presidente da Mesa à leitura do mesmo. (Doc. 2/2018) -----

--- Mais informou sobre outro ato de investidura a José Emílio da Rocha Antunes Viana, passando de membro suplente a membro efetivo desta Assembleia Intermunicipal, por motivo de renúncia, da membro Ana Maria Ribeiro Novo, ao seu cargo político, em virtude de ter começado a exercer funções incompatíveis com cargos políticos.-----

--- É chamado o membro José Emílio da Rocha Antunes Viana, para assinatura do ato de investidura neste órgão da CIM do Alto Minho, passando o Senhor Presidente da Mesa à leitura do mesmo. (Doc. 3/2018).-----

--- O Senhor Presidente das Mesa da Assembleia apresenta a intenção, que lhe foi apresentada por parte de vários membros desta Assembleia, de um Voto de Pesar agora apresentado pela Mesa mas em nome de todas as bancadas partidárias, pelo falecimento do Senhor Engº. Artur José Rodrigues, falecido a 5 de março do corrente ano, ex-membro desta Assembleia Intermunicipal, eleito pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal de Melgaço, tendo sido eleito para esta Assembleia, na sua primeira eleição, tendo sido vereador da Câmara Municipal de Melgaço entre 1979 e 1983 e Presidente da Assembleia Municipal de Melgaço entre 1993 e 2017. Ponto a ser votado antes da Ordem do Dia. (Doc.4/2018) -----

**1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----**

**1.1- Apreciação e votação da Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal realizada em 30 de abril de 2018. -----**

Mais apresentou, para aprovação, a ata da reunião de 30 de abril de 2018 com duas pequenas notas: (i) uniformização do nome utilizado do membro, Joaquim Celestino Ribeiro, pretendendo o mesmo que seja apresentado sempre de forma completa; (ii) correção da escrita na página 3, terceiro parágrafo (intervenção de Jorge Ribeiro), onde se lê: “... .Refere a existência do excesso de equipamentos, ..., deverá ler-se: “... .Refere a existência de excesso de dispersão de equipamentos,...” de acordo com a intervenção do membro, Jorge Ribeiro, como o mesmo afirma.-----

Iniciou a abertura do período de inscrições para ata da reunião realizada no dia 30 de abril de 2018.-----



tempo de voltar a abordar o tema da construção naval em Viana do Castelo, ao contrário do vaticinado por muito, como o fim desta área, informando que a construção naval em Viana do Castelo está bem encaminhada, falando do atual sucesso empresarial e político, agora através da sub concessão feita à WEST SEA, numa atitude corajosa e polémica do governo anterior, que emprega, atualmente, mais de mil trabalhadores, com empregos diretos e indiretos, com os agentes de Estado central e locais orgulhosos. É prova o recente batismo do navio “Sines” que contou com representantes ao mais alto nível. Faz uma alusão a algumas situações sobre o fim dos Estaleiros Navais em 2014, a conjuntura política anterior, decisões e tomadas de posição que contribuíram e muito, para a atual situação de sucesso. Entendendo ser importante, para memória futura fazer um “retrato” do assunto. Desde a participação do anterior governo do PSD/CDS-PP, que teve a iniciativa de avançar com a extinção dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo; em 10 de janeiro de 2014 assinou com o grupo privado MARTIFER o contrato de subconcessão dos Estaleiros Navais até 2031, com uma renda anual de 415 mil euros, tendo nascido assim a WEST SEA. A subconcessão foi a solução definida pelo anterior governo (PSD/CDS-PP), em contraposição com a intenção do governo liderado pelo Engº José Sócrates (PS) que propunha apenas o seu encerramento, depois de fechado o processo de reprivatização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Questiona sobre a preocupação do governo à data, referindo as pessoas, os trabalhadores e a construção naval, tendo em conta as situações a serem protegidas. Mais refere que em abril de 2014, esta empresa pública empregava cerca de 609 trabalhadores, com um plano de rescisões amigáveis com um custo ao Estado, na altura de mais de 30 milhões de euros, suportados por recursos públicos, incluindo indemnizações individuais, além do acesso ao subsídio de desemprego, a reforma e pré-reforma em grande parte dos casos. Refere apenas, que após estas situações, não há nenhum funcionário dos estaleiros navais que tenha reclamado publicamente, ter sido mal tratado, desvalorizado ou desprezado pelo estado, existindo alguns casos de trabalhadores não reintegrados na empresa, mas não por falta de lei ou justiça na sua situação de rescisão dos contratos. Refere dois exemplos menos felizes, de patriotismo, aos responsáveis políticos nacionais que fecharam negócios ruins com a Venezuela, de Hugo Chavez, e ao tratamento que os ENVC tiveram no governo do Engº. José Sócrates e Governo Autónomo dos Açores, que é público e publicado recentemente à Comissão de Valores Mobiliários, a WEST SEA, ganhou a adjudicação de mais duas embarcações, no valor total estimado de 118 milhões de euros com emprego direto e indireto a mais de mil trabalhadores, estando esta empresa a terminar a construção do primeiro navio oceânico do empresário Mário Ferreira, a quem muito deve a construção naval, em especial. Salienta o bom caminho da indústria naval com um contributo significativo, para o



li  
2

Não tendo havido inscrições e com as duas ressalvas apresentadas, passou de imediato à votação deste ponto e registou-se a aprovação da ata com o total de 32 votos, com 30 votos a favor, 2 abstenções, justificadas por ausência na referida reunião e 0 votos contra.-----

**1.2 - Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia.**-----

Questionando o Senhor Presidente da CIM do Alto Minho se pretende apresentar alguma informação. É-lhe concedida a palavra.-----

José Maria Costa – Cumprimenta toda a Assembleia e agradece também o acolhimento em Vila Nova de Cerveira. Informa, sobre um assunto que teve conhecimento recente, que no fim da semana a correr, será apresentada a reprogramação do Portugal 2020, aprovada em Bruxelas, significando uma maior disponibilidade de verbas, que não estavam a ser utilizadas na arquitetura inicial deste programa, sendo reforçadas algumas áreas, que com o esforço importante de articulação, entre as entidades intermunicipais e a Área Metropolitana do Porto, com a realização de uma reunião do Conselho Regional do Norte, que não tinha aprovado a proposta inicial da reprogramação e que fruto de negociação foi possível afetar cerca de mais 167 milhões euros, a rubricas e a áreas importantes da atividade da CIM do Alto Minho, nomeadamente o reforço de verbas na saúde, áreas sociais, educação, áreas de acolhimento empresarial, reabilitação urbana, ambiente e cultura. Estando prevista uma reunião para redistribuir esta verba, em contexto regional e afetação a cada uma das CIM's, tentando fazer sentir às várias autoridades a necessidade de reforço de algumas componentes que se achava, não estarem suficientemente dotadas na arquitetura inicial o que tornará possível no ano seguinte (2019) ter novas iniciativas, abrir novos avisos e novas oportunidades de investimento para o Alto Minho. Entendendo ser uma boa notícia a partilhar.-----

-- O Senhor Presidente da Mesa Iniciou a abertura do período de inscrições, neste ponto da Ordem de Trabalhos, inscrevendo-se os membros: Emília Cerqueira, Rui Taxa, Jorge Ribeiro e Joaquim Celestino Ribeiro. É cedida a palavra à membro Emília Cerqueira. -----

Emília Cerqueira – Cumprimentando todos os órgãos da CIM e também o anfitrião assim como a Fundação Bienal, pelo trabalho exemplar na divulgação da arte, sendo uma referência nacional e internacionalmente. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal (CIM) demonstra a satisfação na informação divulgada sobre a reprogramação do PORTUGAL 2020, comunicando ter estado presente em reuniões, enquanto deputada da Assembleia da República, com a CCDRN, no intuito de um aproveitamento de fundos que estavam a ser perdidos, nomeadamente para a nossa região, sendo um sucesso para todos, demonstrando ser importante o diálogo e insistência para alcançar os objetivos pretendidos.-----

Refere os Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) ou seja a WEST SEA, pensando ser

Handwritten initials in blue ink.



economia e o turismo. (Doc. 5/2018) -----

---- O Senhor Presidente da Mesa cede a palavra ao membro Jorge Ribeiro.-----

Jorge Ribeiro – Cumprimenta toda a assembleia. Começa por referir um assunto recentemente abordado, relacionado com transportes e passes sociais para os transportes públicos, tendo iniciado este assunto, a câmara de Lisboa e estendendo-se a outras câmaras. Manifesta ser um assunto que a todos preocupa, quer quanto a financiamentos quer quanto aos escassos recursos principalmente em zonas interiores, referindo que para o nosso território, esta situação está a ser negociada com a CIM do Alto Minho. -----

Entretanto refere dois pontos, em que se baseia a preocupação deste assunto, nomeadamente a área social e outras, passando a apresentar dados para melhor compreensão da preocupação com o assunto, mais concretamente, no setor social, que conhece muito bem, referindo as entidades do terceiro setor, financiadas em parte pela Segurança Social e outra parte pelas famílias (creches infantários, lares e apoio domiciliário). Sendo que o valor da Segurança Social é fixo, em todos o país e a outra componente é fixada em função dos rendimentos das famílias, uma percentagem do rendimento familiar, sendo um valor variável. Comparando que o poder de compra de uma família de Lisboa é três vezes superior ao poder de compra de uma família de Melgaço, referindo este concelho, por ser do que melhor conhece a realidade, assim, aplicando ao valor pago numa creche, o valor pago numa creche em Lisboa é o triplo do valor pago numa creche em Melgaço, o que significa que em Melgaço têm um terço do valor pago em Lisboa, verba esta muito inferior. Exemplifica, na área social, a utilização, diária de viaturas, a percorrer mais de 100Km para encaminhar idosos de Melgaço para o Hospital Distrital de Viana do Castelo, concluindo sobre o poder de compra três vezes superior em Lisboa, com o valor de receita três vezes inferior em Melgaço, referindo ainda, que o valor das despesas, com recursos humanos representam cerca de 60 a 70 por cento, com valores tabelados e iguais em todo o país. Quanto ao outro ponto, refere a densidade populacional, referido que a mesma em Melgaço é cento e cinquenta vezes inferior à do Porto e de Lisboa, sendo que uma das respostas sociais apontada como a de futuro, é o apoio domiciliário, mais uma vez frisando que o valor da Segurança Social é fixo, e a componente das famílias é igualmente calculada com base nos rendimentos, sabendo que em Lisboa são três vezes superiores, sendo que terá que ser gerida com a verba arrecadada o melhor serviço, enunciando as distâncias díspares entre os percursos das duas grandes cidades referidas comparadas com a situação de Melgaço, com a diferença de receitas atrás referidas. Manifesta a satisfação da comunicação do Senhor Presidente das CIM do Alto Minho, quanto á reprogramação de locação de verbas para o setor social, concluindo que este deverá ser encarado como um problema mais generalizado, não deixando de reivindicar por maior igualdade. Questiona diretamente o Senhor Presidente da CIM



*Handwritten signature and initials*

desenvolvimento do nosso país, salientando contributos importantes para o sucesso atual de construção naval e dinamismo empresarial nos Estaleiros Navais. Agradece.-----

--- É cedida a palavra ao membro Rui Taxa.-----

Rui Taxa - Saúda todos os presentes. Relembra, que há três anos, aquando da última reunião da Assembleia Intermunicipal em Caminha ter, antes do período da Ordem do Dia, efetuado uma intervenção em que reclamava por uma ligação internacional entre Caminha e a vila de A Guarda (Espanha) e também pelo desassoreamento do rio Minho, como instrumentos necessários para o desenvolvimento desta região. Faz o ponto de situação, decorridos estes três anos, em que Caminha não tem a sua ligação viária internacional a A Guarda, referindo o reforço em Vila Nova de Cerveira com a ligação à Galiza, com uma ponte pedonal a ser construída no próximo ano que por certo, pela sua beleza se tornará num ex-libris do rio Minho. Quanto ao desassoreamento apenas se desbloqueou uma linha mínima navegável, realçando as grandes dificuldades sentidas pelos pescadores, de navegabilidade durante longos períodos, sendo bastante significativo, para quem a sua vida depende desta forma de sobrevivência. Constatando que em período eleitoral o desassoreamento é lembrado e colocado nos discursos políticos, sendo logo esquecido. Não satisfeitos com mínimos, esperam desenvolvimentos sobre esta situação. Informa sobre a constituição e funcionamento do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT Rio Minho), formado por dez concelhos galegos e os dez concelhos que constituem a CIM do Alto Minho. O objetivo do AECT Rio Minho, nasce para o desenvolvimento e reforço da coesão económica e social do seu território, tendo como atribuições, articular o espaço comum, promover as relações de cooperação territorial, aumentar a coesão institucional do território de ambas as margens do rio Minho, promover o seu património cultural e ambiental, valorizando as potencialidades dos recursos endógenos e consolidar uma marca turística comum para os dois países. Refere a realização, no dia anterior, em Goyan, do segundo fórum "Rio Minho Transfronteiriço" tendo servido para a elaboração final da estratégia do rio Minho Transfronteiriço 2030, que marcará linhas de atuação e de cooperação entre o sul da província de Pontevedra e o norte de Portugal durante a próxima década. Só possível, como anteriormente referido, se se olhar para o rio Minho de forma séria e honesta e se compreender que o seu assoreamento é uma necessidade premente, tornando o rio Minho navegável de forma segura, pode-se fomentar a exploração do rio e suas margens, transformando-as em polos de atração turística e fonte de riqueza para a região. O projeto pode ser ambicioso, mas com o propósito de servir futuras gerações. Esperam bom acolhimento do projeto lançado, com o propósito e objetivos futuros, a concretização de uma ligação internacional viária entre Caminha e a vila de A Guarda e num estudo urgente sobre e forma de resolver o problema grave do assoreamento do rio Minho, que sendo navegável potenciará a



sentidas em cidades com *clusters* ligados a este setor. Começando por referir brevemente, a sua ligação com os ENVC, como seu funcionário da década de setenta, sendo testemunha como toda a cidade de Viana do Castelo dependia daquela entidade, quer pelo número de trabalhadores quer por inúmeras empresas ligadas ao setor e ainda a falta de outras indústrias da mesma dimensão, existindo à data, apenas a Portucel, na altura designada por Celnorte, com um número mais reduzido de funcionários e vários que não eram deste concelho. Era uma empresa que sustentava muitas famílias vianenses, numa época em que os salários não sustentavam as famílias, com necessidade de recorrer, em muitos casos, a um segundo emprego, nomeadamente na agricultura para sobreviverem, tendo sido uma fase de crise e ameaça dos ENVC. Salienta que uma análise histórica superficial, não consegue demonstrar a realidade, afirmando que a empresa Martifer recebe os ENVC sem passivo, sem problemas de trabalhadores, garantindo todos os ativos e garantir-lhes um contrato para iniciarem logo a construção de navios patrulhas da Marinha de Guerra, que o Governo recusou conceder e pagar aos ENVC, enquanto tinha uma administração pública. Recordando, hipóteses, que poderiam ter salvo aquela empresa. Afirma ainda, que se não tivesse sido a posição dos trabalhadores dos ENVC, a posição da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, da Câmara Municipal e do seu Presidente, aqueles trabalhadores teriam recebido indemnizações miseráveis invocadas num processo de insolvência e, a continuidade da atividade dos ENVC seria muito problemática. Tendo há data sido invocada uma posição da União Europeia, que penalizaria o Governo se ajudasse, porque seria uma infração às regras de concorrência económica. Verificando-se que após a entrega da empresa, essa questão não mais foi invocada. Há consciência, em Viana do Castelo, que a situação foi resolvida à custa do empenho dos trabalhadores, à luta de todos os Vianenses e empenho do Presidente da Câmara, Eng<sup>o</sup>. José Maria Costa. Enaltece ainda o crescimento do número de empresas em Viana do Castelo que originaram cerca de 4000 novos postos de trabalho e que felizmente contribuiu para que Viana do Castelo não dependa exclusivamente dos ENVC. Apela a um entendimento sereno da história deste assunto, tendo em consideração as dificuldades sentidas e as decisões tomadas em todos os momentos decisivos. Agradece.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa questiona sobre mais intenções de intervenção, que não havendo passa a palavra ao Senhor Presidente da CIM do Alto Minho.-----

José Maria Costa – Começa por dar conhecimento que se tem pautado, enquanto Presidente da Comunidade Intermunicipal, pela isenção do cargo de Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, sempre desempenhando o seu papel quer em nome de um órgão quer de outro, sem interferência entre os dois cargos de Presidência que ocupa. Afirmando ser a postura assumida até ao momento e que se manterá, considerando que, enquanto merecedor da confiança e



se existem compensações a serem atribuídas a este território para tentar equilibrar, a questão dos passes sociais, em termos de transportes públicos, e em que moldes poderá ser essa compensação e em que prazos.-----

-- O Senhor Presidente da Mesa concede a palavra ao membro, Joaquim Celestino Ribeiro.-----

Joaquim Celestino Ribeiro – Inicia a sua intervenção com um cumprimento a toda a assembleia, mostrando-se reconhecido pelo agradecimento feito, pelo Senhor Presidente, à Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira e à Fundação Bial de Cerveira que acolhe esta assembleia, pelo seu bom nome que vai difundindo não só esta região, mas também o nosso país. Evidencia também a satisfação da notícia apresentada, sobre a reprogramação deste Quadro Comunitário “2020”, tendo percecionado o acréscimo de 167 mil euros que certamente melhorará o futuro desta região. Passa a apresentar a preocupação, com a atual transferência de competências, referindo que a CDU tem demonstrado em termos municipais e nacionais a preocupação com este processo, dito de “descentralização”, que se tem materializado na possível transferência de competências, que entendem ter começado mal. Referindo a aprovação de legislação por parte do Governo, que ele próprio não consegue cumprir e obriga os municípios, em entender da CDU, também eles, a não cumprirem, em tempo útil, até 15 de setembro do corrente ano, por falta de diplomas setoriais que começaram agora a ser lançados aos poucos. Refere a transferência de competências não só para os municípios como também para as comunidades intermunicipais e conhecendo já alguns diplomas para as entidades intermunicipais, a vários níveis, com projetos financiados com fundos comunitários, apresentando o exemplo – programas de captação de investimentos, algumas áreas mais complicadas de perceber porque poderão colidir com competências dos municípios, como projetos de reinserção social de jovens e adultos, violência contra mulheres, violência doméstica e novas competências no que respeita às parcerias que podem existir com o Ministério da Justiça, no campo dos julgados de paz, pareceres entre outros. Apresenta estas preocupações, perante os vários Presidentes de Câmara que integram a CIM do Alto Minho, tentando perceber se o Conselho Intermunicipal já refletiu sobre a matéria apresentada e o que pode informar relativamente ao envelope financeiro previsto e aquelas que serão as competências que esta CIM estará disponível para aceitar.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa questiona se existem mais inscrições, apresentando o membro José Carlos Resende a sua intenção de intervir. O Senhor Presidente concede a palavra.-----

José Carlos Resende – Saúda toda a assembleia e refere a razão da sua inscrição, no momento, no seguimento do assunto apresentado pela membro, Emília Cerqueira sobre os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, sobre o que pretende deixar a sua intervenção. Começando por referir a crise da construção naval nos países da Europa, as dificuldades



processo, para que o que o Estado Português não tivesse que devolver 117 milhões de euros, previstos nos diversos procedimentos, tendo como consequência o encerramento dos ENVC ou o pagamento, por parte do Estado Português, sendo que não havia condições para tal. Refere o drama sentido, por todos aqueles trabalhadores e famílias, tendo assumido a função de defende-los, mesmo sem apoios do ponto de vista partidário. Manifesta ter sido muito difícil todas as situações vividas e as repercussões sentidas, na cidade, no momento de crise profunda, que se vivia naquela época, no tempo da “troika” em que era fácil o encerramento da empresa, como aconteceu com várias nessa altura, refletindo uma grande falta de sensibilidade social. Informa que teve acesso ao procedimento da União Europeia, tendo-se deslocado a Estrasburgo e falado com o Comissário (Espanhol), sendo informado, após muita insistência, que este era um problema entre Estados. Referiu outros casos, em que houve utilização das referidas “Ajudas de Estado”, e que o Governo Português poderia pedir esclarecimentos e apresentar proposta. Conforme documentação que detém, o Governo Português nada fez. Numa outra reunião, na União Europeia, questionou a diferença de tratamento, demonstrando o não entendimento na forma como são tratadas estas questões, entre os países do norte e do sul da Europa. Mais tarde os ENVC foram encerrados, levando a momentos muito difíceis. Foi um pesadelo para os trabalhadores, com falta de projetos e trabalho e a forma terrível como se trataram as pessoas e que todo este processo. De seguida foi acionada a concessão, adjudicada a aquisição de aço certificado para os navios asfalteiros, posteriormente vendido como sucata á atual empresa, tornado público a existência de várias empresas interessadas no trabalho, fazendo ajustes diretos com os navios da marinha de guerra, que podiam ter feito anteriormente. Refere o Senhor Mário Ferreira, como um armador exemplar, e que possibilitou uma saída com dignidade para os trabalhadores, atendendo às suas reivindicações e indemnizações, não se tendo perdido todo o Knowhow existente. -----

Ainda refere as questões abordadas sobre passes sociais comunicando não ter ainda informação concreta, aguardando informações que surgirão com a aprovação do Orçamento de Estado, sendo previsível, apenas o financiamento dos passes sociais, nas áreas metropolitanas, ficando as outras áreas por financiar, não achando justa a decisão. Quanto às questões referidas pelo membro Joaquim Celestino Ribeiro, sobre a descentralização, refere ser uma matéria que tem sido discutida em sede da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), informando que algumas negociações não têm sido fáceis, estando o assunto a ser discutido entre os presidentes dos municípios desta CIM, estando a acompanhar, de forma atenta, os diplomas que estão a ser publicados, sabendo que relativamente à educação terão que ser revistas algumas situações e só posteriormente será tomada uma decisão, até abril do próximo ano, tendo esta CIM já marcado uma reunião para discussão do assunto e análise conjunta dos



*Handwritten signature and initials*

solidariedade dos colegas, as suas intervenções são pautadas por isenção e tentando sempre intervir em nome de todos.-----

Faz umas considerações como Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo. Referindo que quer a Câmara quer a CIM, independentemente de qualquer governo, têm mantido uma postura reivindicativa, sem qualquer tipo de abstenção, assumindo sempre uma posição quer com o Governo quer com outras entidades. Em relação á intervenção do membro Jorge Ribeiro, refere que em relação ao atual Quadro Comunitário 2020, a CIM do Alto Minho, assim como outras duas CIM's, teve uma postura digna na recusa em assinar o Pacto de Coesão e Desenvolvimento Territorial, por entender que a distribuição do dinheiro não era justa, nem a inicialmente prevista. Tendo sido manifestado em vários fóruns, nomeadamente sobre a área social, a escassa verba atribuída, a dificuldade, na parte inicial, da construção do referido Pacto, tendo sido a única área do PDCT em que não foi elaborado nenhum mapeamento, de acordo com instruções do Secretário de Estado da Segurança Social, de então, e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, não permitindo o benefício de equipamentos ou de verbas para obras, encontrando-se tudo atrasado nesta matéria. Continuam a reivindicar, mais financiamento e correção de assimetrias na distribuição de verbas, tendo sido votado desfavoravelmente, por unanimidade, uma proposta no Conselho Regional para se conseguir uma negociação, através de reprogramações das verbas existentes, movimentando-as, esclarecendo que a reprogramação não é um aumento de verbas, mas uma redistribuição das mesmas pelos vários setores contemplados. Quanto à situação apresentada pela colega deputada, Emília Cerqueira e como já referido, pelo membro José Carlos Resende, afirma tudo ter feito, em prol da resolução da questão dos ENVC, estando muito satisfeito com o facto da West Sea estar com um projeto viável, com armadores que acreditam na empresa, trazendo muito trabalho e desenvolvimento. Afirma tudo ter feito, como Presidente de Câmara, para apoiar os projetos da West Sea e, tendo tido conhecimento de um processo, iniciado no Governo anterior e transferido para o atual, e sabendo da intenção de valorizar a atividade marítima, promoveu uma reunião no seu gabinete, com a Ministra do Mar e administração da West Sea, para uma abordagem de assuntos que eram do interesse da cidade, do concelho e da região. No entanto, afirma não se poder escrever ou reescrever a história e que a mesma tem os seus passos concretos, informando do percurso deste processo - de ter sido aberto um concurso para concessão dos Estaleiros Navais, procedimento que ficou encerrado sem resposta; mais tarde a União Europeia abriu um procedimento, tendo sido chamado com a Comissão de Trabalhadores, para uma reunião, no Porto, com o Ministro Aguiar Branco Porto, em que o Ministro confrontou com a informação de que tinha sido aberto um procedimento, por parte da União Europeia, ao abrigo das "Ajudas de Estado", em que não era possível a concessão, tendo que abortar o



*[Handwritten signature and number 2]*

temas da descentralização com conhecimento dos diplomas publicados. Não sendo uma matéria pacífica, por posicionamentos políticos diferentes e relativamente à própria descentralização, acha pertinente a abordagem de dois tipos de leituras - uma relativa ao processo de competências versus dinheiro e outra, que se prende com a capacidade de resposta. Se os municípios estarão capacitados para assumirem competências em algumas das áreas envolvidas, pois haverá um acréscimo de novas responsabilidades em áreas que os próprios municípios poderão não ter capacidade técnica de intervenção, de acompanhamento e até de fiscalização, exemplificando a área da saúde. Daí a necessidade de uma análise individualizada, estudando caso a caso. Sabendo que é uma matéria em discussão, com o acordo da ANMP, dos vários diplomas, o único que ainda não está encerrado, encontrando-se em discussão, é a transferência de competências dos municípios para as juntas de freguesia. Os restantes serão analisados e cada município tomará a sua decisão, para além de uma análise conjunta como vêm sendo feita noutras áreas, existindo sempre liberdade de decisão, apresentando como exemplo as Águas do Alto Minho, em que nem todos os municípios aderiram, mas que por todos é respeitada a decisão individual quer em órgão executivo quer em órgão deliberativo. Informa sobre uma decisão colegial a tomar, relacionada com as transferências para as Comunidades Intermunicipais, que quando for conhecido o diploma, será feita a sua análise e discussão e posta à consideração final da Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Minho. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira a todos saúda e agradece a presença. Começa por deixar um pequeno apontamento sobre a ponte pedonal de Vila Nova de Cerveira, comunicando que provavelmente no próximo ano terão projeto da mesma e não a construção, estando a ser conduzido pelo lado espanhol, por Pontevedra, uma vez que a parte viária foi conduzida por Vila Nova de Cerveira, sendo uma questão de reciprocidade entre as partes, prevendo-se um processo longo que levará alguns anos até ao seu término. Refere ainda que tudo indica que o projeto será do arquiteto Siza Vieira, reconhecido nacionalmente e com grande reconhecimento, também, em Espanha. Aborda ainda a questão do AECT Rio Minho, agrupamento territorial, recentemente constituído e no início da sua atividade, tendo como principal preocupação o território do Alto Minho, abrangendo os dez municípios e com uma atenção muito especial ao Rio Minho, que sendo a divisão das duas partes do território, português e espanhol, é também um fator de união e, indubitavelmente, de várias preocupações, nomeadamente o seu desassoreamento, já abordado pelo AECT, como a gestão do seu caudal, existindo, no momento uma grande preocupação, porque o Ayuntamiento de Vigo quer desviar água para abastecimento daquela cidade, para além de outros fatores como a erosão do rio, aumento de salinidade que já se sente em Vila Nova de Cerveira, entre outras. Está o AECT a criar um documento orientador, para agilizar estas e outras questões. Faz apenas uma pequena



alusão ao assunto atrás apresentado, sobre os ENVC, como tendo feito parte da sua vida profissional durante duas décadas, sendo um dos céticos desta solução, manifestando o seu reconhecimento à atual empresa com o desejo que o sucesso seja sempre visível e sentido por todos.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia agradece ao Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova de Cerveira e ao Presidente da CIM do Alto Minho. -----

Reitera o “Voto de Pesar” ao Senhor Eng<sup>o</sup>. Artur José Rodrigues falecido a 5 de março de 2018, em nome de todas as bancadas desta Assembleia, sendo o mesmo posto a votação e tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes, é proposto e cumprido um minuto de silêncio.-----

Mais informa que o voto de pesar assinado por si e com o gesto de toda a Assembleia será enviado à família do Senhor Artur José Rodrigues, pelos serviços da CIM.-----

Passando ao ponto **2** – PERÍODO DA ORDEM DO DIA descrevendo os seus pontos, nomeadamente:-----

**2.1** - Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal;-----

É cedida a palavra ao Senhor Presidente da CIM do Alto Minho.-----

José Maria Costa – Informa sobre o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal, dando nota da celebração do 10<sup>o</sup> aniversário desta CIM, no passado dia 15 de outubro, com a realização de um Seminário, com o início da reflexão do Alto Minho 20/30, objetivo a trabalhar, com um conjunto de encontros, um por cada concelho, para a abordagem de diversas temáticas, tendo sido verbalizado por diversas instituições do Alto Minho e personalidades presentes no seminário, referindo o Dr. Augusto Mateus que interveio na construção da estratégia do “Alto Minho 2020”, salientando o bom desempenho, a recuperação no desenvolvimento de fatores que estariam em atraso em comparação com outras regiões do país, em algumas áreas e que hoje somos considerados como exemplo na atração de investimento, na criação de emprego e num conjunto vasto de áreas. Refere um número que deverá ser salientado: a capacidade que o território tem tido para captar investimento de fundos comunitários, até ao momento o Alto Minho já captou mais de 500 milhões de euros (FEDER e Fundo Social Europeu) do atual Quadro Comunitário, sendo que dois terços desse valor são afetados a atividades empresariais, demonstrando o trabalho desenvolvido também com entidades de parceria com agências de desenvolvimento (ADL's), parcerias profícuas, conseguindo apoiar empresas, a atividade económica nos setores primário e secundário e terciário, para atingirmos níveis de desenvolvimento e captação. Salienta o trabalho no âmbito da cooperação transfronteiriça e o AECT Rio Minho como um instrumento importante, o programa Ferrovia 2020 referindo a adjudicação do último troço da linha do Minho, entre Viana do Castelo e Valença e o



desenvolvimento do PDCT, com muitas candidaturas em curso, bem como a reflexão conjunta e os contributos para o próximo período de programação. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado. Não havendo inscrições, passa ao ponto **2.2** – Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019 (artº. 84º alínea b) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro): (doc. 6/2018) -----

**2.2.1** Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019;-----

**2.2.2** Transferência das contribuições financeiras dos Municípios associados;-----

**2.2.3** Mapa de Pessoal;-----

**2.2.4** Empréstimos a curto prazo.-----

--- O Senhor Presidente cede a palavra ao Senhor José Maria Costa, que irá fazer uma abordagem genérica de todos os pontos, sendo que cada um será votado individualmente.

José Maria Costa - Refere as várias áreas contempladas nas GOP's., referindo uma subida no orçamento, devida à operacionalização de um elevado número de candidaturas em curso. Salaria a área da eficiência energética, a DLBC Costeira, a concretização dos projetos âncora no âmbito do Provere e a melhoria dos níveis de execução do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial. Refere também, a qualificação dos serviços públicos locais de proximidade, com alguns projectos e candidaturas, a gestão da rede de transportes, a reabilitação urbana – PEDU de Viana do Castelo e PARU no restante território e faz uma abordagem às iniciativas no âmbito do INTERREG e nas áreas da cultura e da atração do investimento. Finaliza referindo que a atuação da CIM Alto Minho será de continuidade com enfoque no plano de coesão territorial. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado. Não havendo inscrições passa-se à votação de cada ponto: -----

**2.2.1** Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019 – foi aprovado por unanimidade com 32 votos a favor, 0 abstenção e 0 contra. -----

**2.2.2** Transferência das contribuições financeiras dos Municípios associados – foi aprovado por unanimidade com 32 votos a favor, 0 abstenção e 0 contra. -----

**2.2.3** Mapa de Pessoal – foi aprovado por unanimidade com 32 votos a favor, 0 abstenção e 0 contra. -----

**2.2.4** Empréstimos a curto prazo – foi aprovado por unanimidade com 32 votos a favor, 0 abstenção e 0 contra. -----

--- Relativamente a este ponto o Senhor Presidente do CI esclareceu que será apenas utilizado se houver necessidades de tesouraria. -----



--- Os pontos **2.2.1**, **2.2.2**, **2.2.3** e **2.2.4** foram aprovados em minuta, por unanimidade com 32 votos a favor, 0 abstenção e 0 contra. (Doc. 7/2018) -----

**3- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

--- O Senhor Presidente passa ao último ponto da Ordem de Trabalhos: **Período de Intervenção do Público**. Abre o período de inscrições não se tendo inscrito ninguém.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa, agradeceu e desejou a todos Festas Felizes, tendo encerrado, pelas dezanove horas, os trabalhos desta reunião, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, será assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Maria Virgínia Guedes do Rego que a redigi.-----

Vila Nova de Cerveira, 30 de novembro de 2018.-----

O Presidente da Assembleia

Eduardo Jorge do Paço Viana

A Vice-Presidente da Assembleia

Margarida de Fátima Gomes Vasconcelos

O Secretário da Assembleia

Abel Nunes Lopes

Maria Virgínia Guedes do Rego